



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023.

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, acerca das medidas de ampliação dos programas de cidadania das defensorias públicas e do fortalecimento dessas instituições pelo governo federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, solicitar informações ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Senhor Silvio Almeida, acerca das medidas de ampliação dos programas de cidadania das defensorias públicas e do fortalecimento dessas instituições pelo governo federal. Neste contexto, solicito:

- a) Diante das informações apresentadas, o Governo Federal vem atuando e investindo de que forma para garantir a eficácia dos programas de cidadania das defensorias públicas em promover o acesso à justiça para pessoas de baixa renda e em situações de vulnerabilidade?
- b) Quais recursos o atual governo, por meio de seus ministérios, já implementou para assegurar a eficácia dos programas de cidadania das defensorias públicas, e quais medidas já foram executadas para ampliar e fortalecer tais programas?
- c) Quais são as ações que o Ministério tem empreendido em conjunto com os demais ministérios do Governo Federal para colaborar com os programas de cidadania das defensorias públicas e





fortalecer as defensorias do país?

- d) Quais são os planos e projetos concretos em curso para a expansão e o fortalecimento das defensorias, com o objetivo de atingir um público mais amplo e oferecer serviços mais diversificados além da assistência jurídica?
- e) Em relação à inclusão de grupos marginalizados, como pessoas em situação de rua, imigrantes, indivíduos LGBTQIA+ e comunidades indígenas, quais estratégias específicas o governo federal está desenvolvendo para garantir que esses grupos se beneficiem plenamente dos programas de cidadania das defensorias públicas e possam acessar as informações e serviços relevantes para suas realidades?
- f) Considerando a função de mediação e conciliação oferecida pelos programas de cidadania das defensorias públicas na resolução de conflitos, qual é a posição do Ministério em relação ao incentivo e à expansão dessas práticas, a fim de aliviar a carga do sistema judiciário?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, é necessário esclarecer que este requerimento de informações foi enviado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania por possuir competência de atuar como órgão central do Poder Executivo Federal, cujo foco é a formulação, coordenação e implementação de políticas e ações relacionadas à promoção e





defesa dos direitos humanos no Brasil. Além disso, o Ministério tem a responsabilidade de fortalecer a cidadania, garantindo a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social. Para cumprir essa função, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania trabalha em conjunto com órgãos, entidades e organizações da sociedade civil para desenvolver iniciativas que visem a inclusão, igualdade, justiça social e o respeito aos direitos humanos em todas as esferas da sociedade brasileira.

Dito isto, justifica-se o direcionamento deste requerimento para tratar do tema relacionado aos programas de cidadania das defensorias públicas e o fortalecimento dessas instituições pelo governo federal.

Sabe-se que programas de cidadania das defensorias públicas são iniciativas que buscam não somente oferecer assistência jurídica gratuita para pessoas de baixa renda, mas também proporcionar uma gama mais ampla de serviços e recursos para capacitar os cidadãos, informá-los sobre seus direitos e deveres legais, bem como promover a conscientização sobre questões legais e sociais relevantes.

Essas iniciativas frequentemente englobam atividades como palestras, workshops, orientações, distribuição de panfletos e campanhas de conscientização sobre diversos tópicos legais, como direitos familiares, direitos do consumidor, direitos trabalhistas, direitos humanos e prevenção da violência doméstica, entre outros. O objetivo é educar as pessoas sobre como lidar com situações legais cotidianas e como buscar auxílio quando necessário

Ademais, os programas de cidadania das defensorias públicas também podem oferecer serviços de mediação e conciliação para resolver conflitos de maneira





mais amigável e menos litigiosa, evitando, assim, sobrecarregar ainda mais o sistema judicial.

Esses programas são parte de uma abordagem mais abrangente para garantir o acesso à justiça e a proteção dos direitos das pessoas mais vulneráveis da sociedade. Ao empoderar os cidadãos com conhecimento jurídico e recursos para lidar com problemas legais, as defensorias públicas contribuem para a construção de uma sociedade mais informada, equitativa e participativa.

Diante disso, ao considerar que a expansão dos programas de cidadania das defensorias públicas e o fortalecimento dessas instituições pelo governo federal representam passos essenciais rumo à promoção de um Estado mais justo, igualitário e comprometido com o bem-estar de todos os cidadãos, é possível entender que a razão para essa necessidade é multifacetada e abrange desde a garantia do acesso à justiça até a proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos mais vulneráveis.

As defensorias públicas desempenham um papel crucial na democratização do acesso à justiça. Muitos cidadãos, especialmente aqueles de baixa renda, encontram barreiras significativas para acessar o sistema judicial devido a custos elevados e complexidade dos processos. Fortalecer as defensorias públicas significa garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua situação financeira, possam ter representação legal adequada, assegurando assim o devido processo legal e a igualdade perante a lei.

Para além disso, as defensorias públicas têm um papel crucial na defesa dos direitos humanos e sociais. Com frequência, os grupos mais marginalizados da sociedade, como pessoas em situação de rua, imigrantes, indivíduos LGBTQIA+, comunidades indígenas e outros, estão mais expostos à discriminação e às violações de



* C D 2 3 2 3 8 0 9 4 3 3 0 0 *

ExEdit



direitos. As defensorias públicas atuam como guardiãs desses direitos, buscando reparações e prevenindo abusos, contribuindo, assim, para uma sociedade mais inclusiva e justa.

A expansão dos programas de cidadania das defensorias públicas também pode contribuir para a resolução de conflitos de forma menos adversarial. A mediação e a conciliação, muitas vezes oferecidas por essas instituições, podem aliviar a sobrecarga dos tribunais, acelerar a resolução de casos e promover soluções mais satisfatórias para todas as partes envolvidas.

Ademais, o fortalecimento das defensorias públicas representa um investimento na melhoria do próprio sistema de justiça. Ao contar com defensores públicos qualificados e adequadamente apoiados, a qualidade das decisões judiciais é elevada, evitando-se injustiças e erros que poderiam resultar em custos aos recursos de apelação e revisão.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Amom Mandel** - Cidadania/AM

Sala de sessões, 24 de outubro de 2023

Deputado **AMOM MANDEL**
Cidadania/AM

Apresentação: 26/10/2023 09:26:36.240 - MESA

RIC n.2601/2023



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 / e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232380943300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



* C D 2 3 2 3 8 0 9 4 3 3 0 0 *

ExEdit